

Capítulo 2

A «era de progresso» da viticultura nacional

Condicionada, à partida, pela estrutura produtiva, por um lado, e pela falta de instrução e de crédito agrícola, por outro lado, a introdução, difusão e generalização em Portugal das novas técnicas e práticas culturais processou-se, no geral, de forma relativamente lenta e irregular. O que não significou que nalgumas regiões e ramos mais lucrativos, ou atingidos por crises conjunturais, o processo de modernização agrícola não avançasse a um ritmo mais acelerado, como foi o caso dos sectores vitivinícola e hortícola e das regiões onde os mesmos tinham maior implantação.

De facto, as sucessivas doenças que atingiram as vinhas a partir da década de 1850 (oídio, filoxera, míldio, maromba, antracnose, etc.) funcionaram como factores de aceleração da introdução, divulgação e generalização de novas práticas culturais e de processos e técnicas de vinificação mais aperfeiçoados, e contribuíram decididamente para a modernização da vitivinicultura portuguesa. Por isso as doenças da vinha apresentam-se simultaneamente como factores de constrangimento e de progresso do sector vitivinícola nacional, na medida em que, se por um lado provocaram quebras mais ou menos drásticas e prolongadas da produção, aumentaram as despesas com os granjeios das vinhas e diminuíram os rendimentos dos lavradores, por outro lado favoreceram a subida do preço do vinho e estimularam os produtores a procurar soluções que passavam, nomeadamente, pela intensificação dos trabalhos culturais e pela aplicação de correctivos, pelo plantio de novas castas e rejuvenescimento das vinhas, etc.

A era de «progresso vitícola» que se inicia com o oídio

No imaginário colectivo, a filoxera (o «terrível flagelo») sobreleva todas as demais doenças que atingiram a viticultura nacional na segunda metade do

século XIX e marcaram o ciclo dos males da vinha. As razões para tal decorrem, fundamentalmente, das destruições perpetradas por um insecto (o filoxera) nos vinhedos das principais regiões vinícolas e muito especialmente do Douro, onde deixaram improdutivas (em mortório) grandes manchas daquele território e obrigaram a replantações e/ou a tratamentos que, para além de dispendiosos, nem sempre se mostraram eficazes.¹ No entanto, se atendermos aos seus efeitos na produção vinícola e na vitivinicultura nacional, a filoxera não se apresentou tão devastadora quanto o oídio, nem tão-pouco tão inovadora dos processos culturais, das técnicas de vinificação ou da estrutura produtiva quanto se tem sido levado a pensar.²

Muito mais do que a filoxera, foi o oídio que provocou quebras drásticas e prolongadas da produção vinícola nacional e regional e que marcou o momento de viragem da viticultura portuguesa,³ como, de resto, se deram conta desde logo alguns vinhateiros e, em 1866, os comissários encarregados pelo Governo de visitar os principais centros vinhateiros. Os primeiros, ao considerarem o oídio «um bem, pois se ele não fora, ainda hoje [1867] ninguém teria arrancado as cepas caducas e quase estéreis, nem apropriado muitas jeiras de terreno que andavam desaproveitadas» (Aguiar 1868, 3.^a parte, 18). E os segundos, designadamente Vila Maior, ao escrever no seu relatório de 1868 que «o aparecimento do *oidium* estimulou, pela guerra que foi necessário fazer-lhe, o ânimo dos viticultores, e lhes fez encetar uma era de progresso» (Villa Maior 1868, 2.^a parte, 17). E, de facto, foi a partir de então:

- I) que se incrementou o processo de rejuvenescimento das vinhas, quer porque a maleita se propagava melhor nas vinhas debilitadas, que mesmo tratadas nunca dariam produções abundantes, quer porque havia castas mais resistentes do que outras ao oídio;⁴
- II) que as novas plantações começaram a ser feitas em linha e com maior espaçamento entre os baceiros;⁵
- III) que se intensificaram e aperfeiçoaram algumas práticas e técnicas culturais, nomeadamente as relacionadas com as cavas, as podas,⁶ as

¹ O impacto desta doença na viticultura nacional foi estudado por Pereira (1983, 126-154); Justino (1989, vol. 2, 74-78) e Martins (1991, 653-688). Para o Douro, v., também, Pereira (1991, 357-372; 1989, 311-353).

² V., nomeadamente, Pereira (1983, 138-142 e 146-148) e Martins (1991, 680-683).

³ Para avaliar o impacto das duas doenças na produção vinícola nacional e duriense (a região mais atingida pela filoxera) comparem-se os gráficos II e V de Martins (1991, 674 e 680) com os gráficos VII/II a VII/IV de Martins (1998, 319, 328 e 332).

⁴ Em 1856-1857 já a *Revista Agronómica* defendia a substituição das videiras velhas por novas.

⁵ Nalgumas regiões pelo sistema italiano, ou seja, associadas a oliveiras. V., a este respeito, Lapa (1867, 3.^a parte, 37).

⁶ Ferreira Lapa transcreveu mesmo a seguinte passagem do Canto IV das *Geórgicas*: «Se quisermos a vinha ver vingada / do baceiro plantado com desvelo / ao ignorante a poda não deixemos», para sublinhar o quanto era importante que as podas fossem executadas por «mãos experientes» para não esterilizarem as vinhas. Lapa (1868, 1.^a parte, 36).

- enxertias⁷ e as adubações, estas ainda «limitadas» aos adubos naturais mas consideradas já o «tratamento preservativo» do oídio, enquanto o enxofre era tido apenas como um paliativo;⁸
- IV) que se melhoraram os processos de vinificação pela necessidade de retirar do vinho o gosto e o cheiro a enxofre;
- V) que se desenvolveram os estudos sobre a fitonomia das cepas e a patologia das doenças da vinha que permitiram apurar as castas mais resistentes ao oídio (moscatéis, malvasias, etc.), que não eram necessariamente as mesmas em todo o País, e as mais adequadas às características geomorfológicas e climatéricas de cada região;⁹
- VI) que se impulsionou o movimento de transferência e de concentração de vinhas comprovado, entre outros, pelos casos de Dona Antónia Adelaide Ferreira (no Douro) e de José Maria da Fonseca (na região de Lisboa). Malgrado as dificuldades financeiras que então atravessavam, nenhum deles «desperdiçou» esta oportunidade para alargar o seu património e comprar directamente aos seus proprietários ou em hasta pública todos os prédios que lhes interessavam e que, devido à crise do oídio ou à liberalização do mercado da terra, foram postos em venda (v. Pereira 1996, 58-59 e 84-85; Martins 1997).
- VII) que se encarou a cultura do tabaco, principalmente no Douro, como uma alternativa economicamente viável à vinha e um meio de salvar o futuro daquele distrito, desde que beneficiasse de algum protecçãoismo;¹⁰
- VIII) e que a carta vinícola nacional começou a desenhar a sua configuração futura.

⁷ O *Jornal da Sociedade Agrícola do Porto*, por exemplo, publicou umas «Noções Geraes sobre a Enxertia», da autoria de António Augusto de Oliveira Valle, onde se indicavam os diferentes tipos de enxerto e as modificações que cada um provocava nas árvores e arbustos e se explicava como proceder em cada caso.

⁸ Para que as vinhas pudessem resistir e superar os efeitos do oídio, os técnicos consideravam que era necessário dar-lhes, «pelo menos», mais três amanhos do que o que era costume: sachá-las com mais cuidado, estrumá-las (se possível) e podá-las cedo «a fim de imprimir maior vigor à vegetação, e determinar-lhe uma maturação precoce, antes que o oidium possa atingi-la de uma maneira nociva». (*Revista Agronómica* 1859, t. 3, 311.)

⁹ V. a este respeito o trabalho desenvolvido pela comissão nomeada por Andrade Corvo, em 1866, para visitar os principais distritos vinhateiros do continente, que não se limitou a estudar, como lhe tinha sido incumbido, os «sistemas de fabricação dos vinhos [...para] reconhecer as causas dos defeitos pelos quais eles são muitas vezes prejudicados na concorrência com os vinhos estrangeiros, e preparar a transformação indispensável e urgente da nossa indústria dos vinhos, no intuito de lhe dar nos mercados do mundo o lugar que ela deve e tem incontestável direito de alcançar e manter», mas procedeu também ao levantamento das castas mais utilizadas em cada região e das suas características, in *Memória sobre os Processos de Vinificação Empregados nos Principaes Centros Vinhateiros do Continente do Reino*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1867 e *Segunda Memória sobre os Processos de Vinificação Empregados nos Principaes Centros Vinhateiros do Continente do Reino*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868.

¹⁰ V. o *Jornal da Sociedade Agrícola do Porto* de 1856 [254] onde Ferreira Girão aponta a planta do tabaco como uma das duas únicas culturas «capazes de sustentar aquela povoação [Douro]

**Quadro 2.1 – Crescimento regional da produção vinícola portuguesa
(em milhares de hl)**

| Regiões | 1848-49 | 1856-58 | 1860-62 | 1868-69 | 1870-73 | 1882-84 | 1885-87 | 1892-94 | 1898-1901 |
|------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Norte Litoral | 945 | 154 | 92 | 356 | 232 | 355 | 776 | 997 | 1369 |
| Norte Interior | 969 | 596 | 603 | 833 | 1008 | 739 | 1026 | 979 | 895 |
| Centro | 595 | 128 | 82 | 182 | 297 | 560 | 794 | 383 | 854 |
| Estrem./Ribatejo | 746 | 199 | 143 | 337 | 342 | 1034 | 1910 | 499 | 1699 |
| Sul | 116 | 89 | 85 | 128 | 137 | 178 | 321 | 370 | 197 |
| Total | 3371 | 1166 | 1005 | 1836 | 2016 | 2866 | 4827 | 3228 | 5014 |

Legenda:

Norte Litoral = distritos de Viana, Braga e Porto

Norte Interior = distritos de Bragança, Vila Real, Guarda e Viseu

Centro = distritos de Castelo Branco, Aveiro, Coimbra e Leiria

Estremadura e Ribatejo = distritos de Santarém e Lisboa

Sul = distritos de Portalegre, Évora, Beja e Faro

Fontes:

AHMOP, DGCI, RA – 1-S – 15 a 1S – 18 e MR – 2D-2R-21 e 22.

Anuário Estatístico, vários anos.

Boletim da Comissão Promotora do Comércio dos Vinhos e dos Azeites, 1894.

Boletim da Direcção-Geral da Agricultura, vários anos.

Jornal da Sociedade Agrícola do Porto, de 1856 a 1864.

«Papéis estatísticos – mapas da produção» Arquivos Distritais de Beja, Évora, Portalegre, Santarém, Vila Real e Viseu.

«Relatório» do Congresso Vinícola de 1900.

«Relatórios» do Ministério do Reino, Lisboa, 1850 e 1851.

«Relatórios» dos Governadores Civis dos Distritos Administrativos do Reino, Lisboa, vários anos.

A Vinha Portuguesa, 1886.

Daí que em finais da década de 1870, quando a filoxera ainda só produzira estragos no Douro, o mapa vinícola do País patenteasse já profundas alterações e as «provincias do Sul» (Estremadura, Alentejo e Algarve) que antes do eclodir da «doença de 1852» contribuíam para «apenas» cerca de 1/4 da produção vinícola nacional, colhessem agora quase tanto vinho como as do Norte.

Limitações e desigualdades desse «progresso vitícola»

Se em finais dos anos 1860 já o visconde de Villa Maior¹¹ alertava para o facto de que, apesar de a cultura da vinha ter vindo a conquistar terreno e, lá

se a vinha viesse a faltar» (a outra era o arroz de sequeiro), e a proposta apresentada nas Cortes, em Maio de 1857, por um grupo de deputados, para se conceder ao Douro o exclusivo da referida cultura (*Jornal da SAP* de 1857, 292-296).

¹¹ Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, 2.º visconde de Villa Maior, era natural de Cabeça Boa (concelho de Torre de Moncorvo) e proprietário de uma afamada quinta no Douro, a

onde os homens não tinham desanimado e tinham posto em prática os princípios defendidos pela ciência agronómica,¹² o oídio ter constituído um «poderoso incentivo de progresso» da vitivinicultura nacional, como essa conquista se mostrara «um pouco desordenada» e feita como que por «guerilhas» por um «exército vinícola» a quem faltava disciplina e instrução, o progresso vinícola ainda não se tinha espalhado a todo o País e continuava restrito a algumas «bolsas» (Villa Maior 1868, 18-20). Quase duas décadas depois ainda a direcção da Sociedade Agrícola de Santarém não se «arreceiava» de admitir que, malgrado o muito que tinha sido feito nos últimos anos em favor da agricultura, nomeadamente com a criação de infra-estruturas viárias que constituíam um «valioso e seguro instrumento de riqueza» por permitirem diminuir os custos de transporte e abrir novos mercados, a lavoura não se tinha desenvolvido na mesma «razão progressiva», já que continuavam a ser pouco utilizadas as modernas e mais «convenientes» alfaias agrícolas; pouco divulgadas as «indispensáveis» estrumações e a rotação e «apropriação» das culturas às aptidões agrícolas dos solos; e pouco seguidos, mais parecendo «experiência que norma», os princípios e métodos de cultura mais convenientes.¹³ E no mesmo sentido apontava também a generalidade dos relatórios e estudos da época sobre o assunto, veiculando a ideia de que a agricultura portuguesa em geral, e a vitivinicultura em particular, não estavam a acompanhar o progresso que se registava noutros países, particularmente naqueles que mais directamente concorriam com os nossos produtos nos mercados externos (França, Espanha e Itália).

No que respeitava à cultura da vinha e ao fabrico do vinho considerava-se mesmo que tudo era mau, desde as castas mais utilizadas em cada região até aos processos de cultura e de vinificação e à sistemática adulteração dos vinhos, e que a situação só se inverteria se o Estado se decidisse a intervir. Como

quinta de Villa Maior. Químico e matemático de formação, foi professor da Escola Politécnica, director do Instituto Agrícola e reitor da Universidade de Coimbra. Paralelamente foi deputado, vereador e presidente da Câmara de Lisboa, fundador e director da fábrica de produtos químicos da Póvoa, comissário às Exposições Universais de Paris de 1855, 1867 e 1878, e de Londres de 1862, membro da «Comissão Encarregada de Visitar os Districtos Vinhateiros na Época das Vindimas para Estudar os Processos de Vinificação» (em 1866), e autor de algumas das melhores obras sobre ampelografia e enologia publicadas em Portugal no terceiro quartel de Oitocentos: *Tratado de Vinificação para Vinhos Genuínos*, *Manual de Viticultura Prática* e a obra monumental, *O Douro Ilustrado*. Sobre a vida e a obra deste «pioneiro da ciência enológica portuguesa» e um dos que mais contribuíram para o progresso da viticultura entre nós, vejam-se a excelente biografia, da autoria de Latino Coelho, publicada na *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil* (2.º ano, 1860, 439 a 570, e 3.º ano, 11 a 17) e o que dele diz Batalha Reis no semanário vitivinícola, *Vinho*, de 30 de Junho de 1935.

¹² Na escolha das melhores terras e das castas mais adequadas, no plantio segundo os métodos aconselhados, na construção de oficinas vinárias apropriadas e no fabrico do vinho de acordo com os modernos processos de vinificação.

¹³ *Gazeta Agrícola*, ano 1, suplemento ao n.º 2 de Fevereiro de 1885, 16.

explicava então Villa Maior, no estado em que se encontrava o País não era possível levar a cabo «a propagação das boas doutrinas vinícolas, a difusão e vulgarização dos princípios científicos e das boas práticas de viticultura e enologia, e o excitamento ao progresso nestes ramos, [...] condições essenciais e infalíveis do aumento da riqueza pública, do bem estar e moralização dos povos, [...] sem a iniciativa do governo, [porque] o isolamento em que vive a população rural, pelos seus hábitos antigos e inveterados, pela deficiência ou falta absoluta de vias de comunicação, e pela escassez da instrução técnica, não permite que os interessados se reúnam, se consultem e tomem, como deviam, a iniciativa da sua própria regeneração» (Villa Maior 1868, 18-19).

Embora o quadro acima descrito esteja obviamente distorcido e reflecta, em larga medida, os exageros próprios dos documentos desta índole, ele não deixa de reproduzir muitos dos mais importantes factores de constrangimento da difusão das inovações nos campos portugueses e, conseqüentemente, de nos remeter para o «atraso» da grande maioria das explorações vitícolas do País em finais de Oitocentos. As excepções ganham, por isso, maior relevo, como parece ter sido o caso na região de Leiria, onde, segundo Rasteiro Júnior, no início dos anos 1890 já se encontravam bastantes viticultores «cujas práticas [eram] esmeradas como em poucas regiões», uma vez que aplicavam convenientemente o sulfureto; revigoravam as vinhas tratadas com adubações substanciais; e experimentavam criteriosamente novos métodos, nomeadamente a submersão.¹⁴ Mas se a acção dos viticultores deste distrito merecia realce, também o merecia o modo como actuaram os poderes locais. De facto, o governador civil de Leiria foi um dos mais lesto a nomear no seu distrito a comissão encarregada de estudar o mal das vinhas (oídio), e o município de Óbidos foi pioneiro no apoio aos viticultores no combate à filoxera, comprando injectores e sulfureto e mandando desinfectar, a suas expensas, muitas vinhas de proprietários pobres, com o que «incitou os menos activos, e pela luta pronta e oportuna conseguiu conservar muitas vinhas e atenuar a propagação do mal».¹⁵

Na perspectiva de muitos agricultores e técnicos agrícolas, o principal obstáculo ao progresso agrícola em geral e vitícola em especial residia na ignorância dos trabalhadores rurais que, descrentes dos resultados das inovações, ou resistiam a aplicá-las, ou o faziam de modo deficiente.¹⁶ Mas se, como defendia em 1878 o ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria, João

¹⁴ A primeira experiência de submersão em larga escala foi feita precisamente nesta região pelo viticultor José Pinheiro, no Paul da Amoreira, concelho de Óbidos, em 1887, numa área de 70 hectares. Rasteiro Júnior (1892).

¹⁵ *Ibidem*.

¹⁶ Sobre a percepção que tinham os governos e as sociedades científicas de quanto era difícil veicular no meio rural (e não só) as inovações da ciência e da técnica e os agentes preferentemente utilizados para tal (párocos), v. Matos (1997, 269-272).

Gualberto de Barros e Cunha, a instrução teórica e prática era a primeira condição de todos os melhoramentos agrícolas (Cunha 1878, 6), não seria tanto por esta quanto pelo crédito que passaria o adiantamento e a modernização da lavoura nacional? E competiria apenas ao Estado encarregar-se de um e outro, ou não teriam também as elites locais e nacionais um papel preponderante, enquanto precursoras e dinamizadoras desse processo de modernização? Até porque, aos «cavalheiros» com «influência», instrução e meios e que «desejam e estimam o progresso da nossa principal indústria», se atribuía então um papel relevante no progresso e na modernização do sector agrícola, não só porque as suas explorações podiam funcionar como modelo para as demais, mas também porque, «dedicando-se e trabalhando [podiam] produzir nos seus conterrâneos o convencimento de que a força provém da união, e de que com esta se pode chegar à realização de cometimentos e à obtenção de resultados que a indiferença e o isolamento não podem produzir nem alcançar». ¹⁷ Ou seja, havia a nítida consciência de que só a conjugação de esforços do Estado e da «sociedade civil» ¹⁸ permitiria à agricultura portuguesa sair do atraso ancestral em que se encontrava. O Governo, entre outras medidas, assegurando a instrução das populações rurais (a alfabetização e o ensino e divulgação das novas práticas e técnicas agrícolas), e criando instituições de crédito. E a «sociedade civil», promovendo no seio dos agricultores uma nova atitude (cívica) que valorizasse a organização e incentivasse o espírito associativo, tão dissociados das suas práticas culturais. ¹⁹ Esta reforma das mentalidades, forçosamente lenta, teria de ser estimulada pelo exemplo dos membros mais destacados da vida económica, social e intelectual, local e nacional, nomeadamente através da constituição de associações e grémios onde se discutisse, apreciasse e desse a conhecer às populações e ao País as necessidades e os interesses agrícolas das respectivas regiões. ²⁰

¹⁷ «Relatório apresentado pela direcção da Sociedade Agrícola do Districto de Santarém á assembea geral da mesma Sociedade em 11 de Janeiro de 1885», *Gazeta Agrícola*, ano 1, n.º 1, Janeiro de 1885, 2.

¹⁸ Particularmente das sociedades e associações agrícolas e/ou industriais que, como foi o caso da Sociedade Promotora da Indústria Nacional, criada em 1822, procurassem aproximar o sábio do artista e o agricultor do negociante, para que, do «concurso unânime de todos os cidadãos zelosos», o progresso se pudesse estender até à «mais recôndita morada do homem industrioso» (*Annaes* 1822, 11; 1823, 5). Sobre o papel das sociedades e associações industriais na divulgação técnica em geral, v. Matos (1996, 397-412).

¹⁹ D. Luís de Castro negava que o povo português fosse avesso ao associativismo, tendo em conta o passado histórico – criação de confrarias, associações de socorros mútuos, misericórdias, montepios, celeiros comuns –, e o movimento recente de formação de sindicatos agrícolas e associações agrícolas, de consumo e de seguros (RACAP, Liga dos Lavradores do Baixo Alentejo, Liga dos Lavradores do Douro, Caixa Económica de Angra do Heroísmo e de Aveiro, Sindicato Agrícola de Santarém, Évora, Aveiro, Nelas, Torres Vedras, etc.).

²⁰ Que foi o que fizeram as Sociedades Agrícolas distritais.

Capacidade económica dos viticultores para a modernização das suas explorações

O preço de cultura da vinha depende de vários *itens*: do valor da terra, do número de pés por hectare, do custo do seu plantio, dos granjeios que lhe são dados, do preço do trabalho, da produtividade média das cepas e da qualidade e valor do vinho que produz. Variando consideravelmente qualquer um destes *itens* de região para região e no interior de uma mesma região,²¹ o preço de cultura funcionou simultaneamente como factor de estímulo e de travagem da vitivinicultura e da própria economia nacional. Nuns casos, porque favoreceu a expansão da cultura da vinha em locais menos próprios para a mesma, em detrimento de outras culturas e do interesse nacional. Noutros casos, porque refreou a sua progressão em terrenos «naturalmente» vocacionados para ela e com todas as condições para produzirem vinhos de qualidade, prejudicando com isso os rendimentos dos agricultores dessas regiões e a oferta de vinhos mais finos, cuja limitação pode, eventualmente, ter sido contraproducente para o desenvolvimento do comércio vinícola nacional.

A primeira variável, o valor da terra cultivada de vinha, constitui desde logo um bom exemplo do que acabamos de dizer na medida em que era estabelecido com base:

- a) no custo de implantação de um hectare de vinha ou de um milheiro de bachelos que, regra geral, era directamente proporcional à aspereza e ao declive do solo e inversamente proporcional ao número de cepas por hectare e, por isso, muito mais elevado nos terrenos acidentados e xistosos do vale do Douro, do que nos planaltos de Bragança, nas abas das encostas do Dão, em Alenquer ou Torres Vedras e nas veigas e areais do Vouga, Mondego, Tejo, etc. Em Carrazeda de Ansiães, por exemplo, como o terreno era muito montanhoso as cepas tinham de estar mais espaçadas e cada hectare não comportava, em média, mais de 3 milheiros de bachelos, enquanto em Vila Flor ou em Alfândega da Fé, onde o solo era mais fácil de trabalhar e a metição dos bachelos menos dispendiosa (20\$100 por milheiro em Vila Flor para 80\$000/milheiro em Carrazeda), o número de pés de vinha por hectare triplicava, mas o seu valor era sensivelmente idêntico (400\$000 a 600\$000) (Coutinho 1878, 13-16). A diferença ainda se tornava mais expressiva se compararmos esta região com as de Aveiro, Coimbra, Leiria, Torres Vedras, Alenquer ou Almeirim, onde os custos de plantação eram muito inferiores aos de qualquer um

²¹ Reportando-se ao distrito de Bragança, António Xavier Pereira Coutinho dizia em 1878 que não eram só os processos de granjeio das vinhas que variavam. Tudo o mais variava de umas localidades para outras, «desde os valores da mesma unidade de terra plantada de vinha, desde o número de jornais que empregam as diferentes fases do cultivo, e o seu preço, até à produção na quantidade, na qualidade e no valor». Coutinho (1878, 13).

dos casos atrás referidos (entre 60\$000 e 90\$000 por hectares)²² e a densidade média de ocupação do solo superior (à volta de 7500 cepas por hectare).

- b) no preço que alcançava o vinho e que, como chamou à atenção em 1878 o agrónomo distrital de Bragança, António Xavier Pereira Coutinho, era determinado mais pela extensão do mercado de que dispunha do que pela sua qualidade intrínseca (Coutinho 1878, 14-15). Ou seja, as condições naturais de cada região para a viticultura, os cuidados dispensados pelos produtores a todo o processo de cultura e fabrico do vinho e a «bondade» natural deste pesavam menos no valor que atingia a terra plantada de vinha do que as acessibilidades aos principais centros consumidores, porque o vinho que melhor se vendia e conseguia preços mais elevados era aquele que tinha a vantagem dos custos de transportes. Daí que o valor relativamente elevado atribuído ao hectare de vinha em Vila Flor resultasse tanto da sua maior produtividade, decorrente do menor espaçamento das cepas,²³ como do «bom» mercado de que dispunha o seu vinho. Ou que o vinho de Carrazeda de Ansiães, que na segunda metade de 1870 só pagava de transporte até ao Porto 4\$000/pipa, conseguisse preços bem mais subidos (41 réis/litro) do que o do Mogadouro (25 réis/litro) que pagava 10\$000/pipa para chegar ao mesmo mercado.

E se em Bragança, Vila Real ou Lamego o valor da terra era fixado, sobretudo, em função da sua acessibilidade ao Douro, «o meio mais económico e seguro – senão o único – de transporte» (Coutinho 1878, 14), noutras regiões era-o tanto relativamente à proximidade dos canais de comunicação (fluviais ou terrestres) com os principais centros urbanos e portos de saída para o exterior – Lisboa, Porto, Figueira, Viana, Faro, etc., quanto à capacidade produtiva dos terrenos. Por isso em finais da década de 1880 o hectare de terra de 1.^a classe para plantar vinha valia oito vezes mais do que o de 3.^a classe na Arruda,²⁴ enquanto em Cadafes (Vila Franca) só valia o triplo (Moraes 1889, 122), e em Loures o hectare de vinha valia entre 120\$000 e 150\$000 (consoante fosse velha ou nova)

As despesas com os trabalhos culturais também não se apresentavam uniformes, mas, neste caso, a sua variabilidade procedia mais do número de granjeios dados às vinhas do que da constituição geomorfológica dos prédios, do número de pés de vinha por hectare, ou até do preço do trabalho, embora este variasse consoante as tarefas e, pelo menos na segunda metade do século XIX

²² Estes valores reportam-se a finais da década de 1880 enquanto os relativos a Trás-os-Montes a dez anos antes. Cfr. Moraes (1889, 127-130).

²³ Embora a maior proximidade das videiras diminuísse a produtividade por unidade.

²⁴ Esta diferença advinha fundamentalmente da escassa porção de terrenos de 1.^a (8%) comparativamente aos de 2.^a (24%) e de 3.^a (68%). Cfr. Moraes (1889, 117).

fosse mais barato no Douro do que noutros centros vinícolas²⁵ e a diferença tendesse a aumentar à medida que a filoxera ia avançando na região e destruindo os seus vinhedos.²⁶

Como os cuidados dispensados à cultura da vinha e ao fabrico do vinho dependiam mais do valor comercial deste, das disponibilidades económicas dos lavradores e dos usos locais, do que das práticas e processos aconselhados pela ciência agronómica e pela enologia moderna, nos locais onde o vinho tinha menos saída e preço mais diminuto era comum não se darem às vinhas os «desvelos» usuais (escava, cava, redra, poda e empa)²⁷ ou tratá-las regularmente, nem ter especial cuidado com a feitura do vinho. E mesmo nos centros vinhateiros mais importantes, onde o vinho tinha mais saída e melhor preço, foi lenta a generalização das práticas culturais destinadas a revigorar e fertilizar as plantas (adubações) e a preveni-las ou tratá-las das doenças (enxofrações, sulfatações, etc.), apesar dos bons resultados obtidos por quem o fazia convenientemente (nas épocas adequadas, nas doses devidas e segundo os processos recomendados). E foi-o, não tanto por as populações rurais serem «naturalmente» avessas e relutantes à mudança, mas sobretudo porque o seu custo era dificilmente comportável pela maioria dos viticultores, mesmo quando dele dependia a sobrevivência das vinhas ou era reembolsado por ganhos de produtividade. Para se ter uma ideia de como estes amanhos «extraordinários» da vinha eram, de facto, dificilmente suportáveis, especialmente pelos lavradores menos integrados nos circuitos comerciais ou que produziam vinhos mais baratos, basta ver por quanto ficava a cultura ordinária de um milheiro de bacelos e qual o lucro que deles retiravam na década de 1870 os viticultores do distrito de Bragança: a escava de um milheiro de cepas exigia uma a duas jeiras de trabalho e custava entre 200 réis e 480 réis; a cava do mesmo, 4 a 10 jeiras (consoante o espaçamento e a dificuldade do terreno), entre 1200 réis e 4000 réis; a redra, 2 a 3 jeiras, entre 600 réis e 1200 réis/milheiro; a poda, 4 a 5 jornais, entre 800 réis e 1200 réis/milheiro; a empa, entre 300 réis e 900 réis/milheiro, mais 800 réis a 1000 réis para as estacas; e a vindima, entre 500 réis e 960 réis/milheiro. Só as despesas «normais» de cultura com um hectare de vinha (sem adubações, enxofrações ou sulfatações) oscilavam entre 28\$200 em Carrazeda, 29\$200 no Mogadouro, 47\$800 em Freixo de Espada à Cinta e 58\$080 em Vila Flor. E a estas havia ainda que

²⁵ Note-se que os salários em Rio Frio eram, regra geral, mais elevados do que noutras herdades do mesmo proprietário (Palma, por exemplo), quer pela sua proximidade da capital, quer pelo despovoamento da região, em grande parte colonizada graças à iniciativa de José Maria dos Santos. Cfr. Martins (1997b, anexo IV).

²⁶ Na poda a diferença salarial entre o Douro e Rio Frio acentuou-se a partir de 1878 (passou de 25% a 50%, para 80% a 100%), ou seja, quando «a praga» já tinha atacado mais de 1/4 das vinhas da região. Cfr. *Ibidem*.

²⁷ Deixando de praticar a redra e/ou a escava.

acrescentar as relativas ao fabrico do vinho (pisa, vinificação e envasilhamento) que variavam então entre 1\$200 por hl em Mogadouro, 1\$800/hl em Vila Flor, 2\$000/hl em Carrazeda e 2\$500/hl em Freixo.

Não considerando nem as despesas com o enxoframento e as adubações, nem o juro do dinheiro empatado ao longo do ano nos granjeios da vinha e no vinho já feito por vender, mas entrando em conta com o valor da renda da terra (5,5% do valor total), os viticultores transmontanos retiravam da sua actividade um lucro que variava entre os 16,7% (no Freixo) e os 40% (em Vila Flor) do capital de exploração. Mas se, comparados com os 4% a 8% que dava a olivicultura no distrito de Bragança,²⁸ estes podiam ser considerados juros remuneradores, a verdade é que, em termos efectivos (produto líquido) não representavam mais do que 38\$000 por hectare (no melhor caso), ou seja, um rendimento diário equivalente à jorna de uma mulher (100 réis/dia) que trabalhasse o ano inteiro, o que, como se sabe, não era o caso. Claro que se tivermos em conta que o arrendamento era pouco praticado nesta região e que a maioria das explorações eram próprias e trabalhadas directamente pelo proprietário e seus familiares, o rendimento diário aumentava e já se aproximava do valor das jornas mais bem pagas (cava e redra).²⁹

Assim, não era seguramente com tais rendimentos e, ainda por cima, sem possibilidade de recorrer ao crédito que o grosso dos lavradores podia, mesmo que o quisesse, ter mais «desvelos» com as suas vinhas. E por isso em meados da década de 1880 ainda ninguém adubava as vinhas no distrito de Viseu³⁰ e dez anos depois só alguns «lavradores corajosos» mostravam «alma para tratar das vinhas a preceito, ministrando-lhes estrumes verdes, estrumes de curral, adubos químicos e correctivos». ³¹ E por isso também no final do século a redra só era praticada com alguma regularidade em poucos concelhos da 2.^a região agronómica (Rasteiro Júnior 1892). E por isso, finalmente, não se produzia mais ou melhor vinho e a vinha alastrava mais rapidamente nos locais onde a produtividade era maior e/ou o mercado mais favorável, como era o caso de Alenquer, onde, apesar de os solos terem grande aptidão vinícola, a vinha envelhecia prematuramente e a produtividade média era relativamente baixa porque aquela cultura andava associada a outras e se exigia dela produções excessivas ao fim de poucos anos (Cfr. Moraes 1889).³²

²⁸ *Ibidem*.

²⁹ Note-se que Pereira Coutinho se queixava de que os salários eram elevados no distrito de Bragança porque havia falta de braços.

³⁰ V. Aguiar (1875).

³¹ Entre esses «lavradores corajosos» contavam-se o Dr. José Caetano dos Reis, de Santar, Manuel d'Albuquerque de Melo Cáceres, de Ínsua, e Oliveira Baptista, da serra da Estrela. Cf. Meneses (1891).

³² Estas deficiências derivavam, em parte, de o sistema de parceria praticado em muitas vinhas incitar os viticultores a «puxarem» pelas vinhas novas mais cedo do que seria conveniente e a intercalarem as culturas, o que retirava capacidades produtivas às vinhas (a produtividade

O papel das elites na divulgação das inovações

A visão extremamente negativa que davam os coevos da indústria agrícola em geral e da vitivinícola em particular, e que tem vindo a ser revista nos últimos anos pela historiografia portuguesa,³³ remete-nos necessariamente para a questão das elites (agrárias, rurais e vitícolas) e do seu papel no desenvolvimento e modernização do País. Conhecendo-se vários casos paradigmáticos de lavradores e viticultores dinâmicos, inovadores, progressivos, ilustrados, etc., convirá, talvez, interrogarmo-nos se eles seriam, qualitativamente, em número suficiente. Se haveria uma «elite» vinícola nacional capaz de, pelo seu exemplo, estimular e liderar o processo de modernização da viticultura nacional. E se haveria, a nível local e/ou nacional, estruturas, técnicos e viticultores progressivos e ilustrados suficientes (em número e empenho) para levarem a cabo a tarefa «ciclópica» de mostrar à lavoura as vantagens do progresso e criar as condições para que o mesmo fosse apreensível e alcançável pela generalidade dos agricultores portugueses.

A resposta a estas perguntas não é linear e encerra em si própria muitos aspectos contraditórios, que funcionaram simultaneamente como factores de progresso e de bloqueio e contribuíram para que perdurasse no meio rural o «gosto» pela rotina e a resistência à inovação que, no caso do sector vitivinícola, retirou competitividade aos vinhos portugueses nos mercados externos e, conseqüentemente, também contribuiu para lhes retirar mercado.

Os estudos desenvolvidos nos últimos anos na área da história económica e da história social demonstraram que não foi por não existirem lavradores, industriais, negociantes, ou financeiros empreendedores, dinâmicos, racionais, progressistas e instruídos que o País não se desenvolveu mais no século XIX e se aproximou dos padrões médios europeus.³⁴ E, no entanto, «as raízes do atraso económico português» encontram-se precisamente no século XIX e neste particularmente na sua segunda metade, «período [em] que se regista a maior dissonância entre o comportamento da economia portuguesa e o das economias avançadas» (Reis 1993, 6). Ora, será que uma das razões de tal atraso não se prenderá com a fraca representatividade numérica e qualitativa desses elementos dinamizadores do progresso económico e cultural? E não será precisamente porque, apesar de tudo, eram uma excepção, que os agricultores

média era relativamente baixa: 1 a 2 hl por milheiro). Neste sistema os parceiros recebiam normalmente a terra nua, plantavam-na de vinha e só ao fim de seis anos é que começavam a pagar ao proprietário 1/3 da produção de vinho (até aí só pagavam renda em cereais). E por isso quanto mais cedo pusessem a vinha a dar mais lucravam.

³³ Nomeadamente por Fonseca (1996), Martins (1980 e 1992), Pereira (1996) e Reis (1987).

³⁴ V. Dias (1996), Feio (1985 e 1988), Fonseca (1984, 1988 e 1996), Martins (1980, 1992 e 1997), Matos (1997), Mónica (1987), Reis (1987 e 1993) e Rocha (1991).

modernos, progressivos, inovadores e dinâmicos mereciam tão rasgados louvores por parte dos mais reputados especialistas e da imprensa, que descreviam pormenorizadamente as suas explorações e instalações agrícolas? Talvez que, entre a miríade de agricultores do País, não fossem tantos assim aqueles que se destacavam e que, pelo seu exemplo e iniciativa, tivessem capacidade (ou estivessem motivados) para liderar o processo de modernização e desenvolvimento a nível local, regional ou mesmo nacional. O que não significa que muitos não o tenham tentado, como foi o caso de António Nunes dos Reis, agricultor e viticultor no Turcifal (Torres Vedras), que não se limitou a defender que a difusão das inovações técnicas e culturais junto dos lavradores tinha de passar pela descrição e pela demonstração dos processos seguidos e dos resultados obtidos, mas actuou nesse sentido, embora sem grandes resultados (v. Martins 1998). E o que não significa também que, à escala do País, não existisse uma elite(s) agrária(s) na verdadeira acepção do termo.

No meio vitícola tal era o caso de Francisco Moreira da Fonseca, proprietário na região do Oeste (Sanguinhal, Caldas da Rainha, Torres Vedras e Lourinhã) de extensas vinhas e que, no início dos anos 1880, Rebelo da Silva considerava o primeiro viticultor do País e talvez da Península. Os seus «magníficos» lagares e adegas, que mais «parecem grandes armazéns de uma alfândega» pela dimensão e material aperfeiçoado de que dispunham (nomeadamente prensas e esmagadores *Mabille* que esmagavam em seis minutos uma dorna de uvas), faziam dele um dos viticultores que, pelo seu exemplo, mais serviços prestara à nossa agricultura, fazendo acreditar os nossos vinhos interna e externamente, dando trabalho a «milhares de indivíduos e educando-os na escola donde vão levar as boas práticas a todo o lado onde se estabelecem». ³⁵ Como o era, também, *et pour cause*, de outro grande lavrador e viticultor português, José Maria dos Santos, que no último quartel do século XIX «ousou» transformar no Pinhal Novo 2400 hectares de «solo barrento e árido onde magra charneca apascenta mal ordinário armentio», na maior vinha do mundo, e montar em Rio Frio um dos mais modernos estabelecimentos vinícolas do País, dotado de infra-estruturas, alfaias, máquinas agrícolas e material vinário que faziam a admiração de todos (V. Martins 1992, 385-388 e 395). Ou de J. M. Berger que, tal como José Maria dos Santos, transformou «em poucos anos [...] uma grande charneca de terreno árido [em Lagos] num opulento vinhedo» que, graças ao esmero com que era tratado ³⁶ e à boa escolha das castas plantadas, produzia vinhos leves, aromáticos e

³⁵ *Gazeta dos Lavradores*, Dezembro de 1882.

³⁶ Que o agrónomo distrital, Alexandre de Sousa Figueiredo, considerava exagerado porque o mercado não compensava tais esforços. Relatório apresentado à Junta Geral do distrito de Faro na sessão ordinária de 1875 pelo conselheiro governador civil José de Beires, Coimbra, 1875, 103.

muito espirituosos. Berger distinguia-se da generalidade dos viticultores por proceder a uma «rigorosa escolha» das uvas, separar as castas e deixá-las «avelar» na eira durante alguns dias, e fazer o vinho pelo processo de bica aberta beneficiando-o apenas com aguardente «fina de vinho» em pequenas quantidades e por meio de «repetidas trasfegas e colagens», o que ao fim de alguns anos (3 a 4) dava «magníficos vinhos de frasqueira». ³⁷

E entre os viticultores que poderemos considerar fora do comum contavam-se ainda, entre muitos outros, Dona Antónia Adelaide Ferreira, a maior e mais famosa proprietária e produtora de vinho da região duriense. ³⁸ Félix Manuel Borges Pinto de Carvalho, pioneiro na utilização do enxofre no Douro e «grande entendido» em processos de vinificação, que fez na sua Quinta de Armamar (Quinta do Castelo de Borges) uma das melhores frasqueiras do Douro e que, segundo Pinho Leal, teve, tal como Forrester, um papel activo na divulgação do enxofre na sua região, pois, «como visse que os outros lavradores, dominados por estultos preconceitos, se recusavam a enxofrar as suas vinhas, perdendo-as e nada colhendo, [decidiu] mandá-las enxofrar por 1/3 da produção, com o que auferiram bons interesses, tanto ele, como os donos dos vinhos, até que todos se resolveram a enxofrar» (Leal 1873-1890, 1601-1602). No Douro distinguam-se ainda o visconde de Villar d'Allen, o «mais ilustre» viticultor duriense, pioneiro no combate à filoxera; ou o visconde de Chancelheiros, dos primeiros a utilizar o sulfureto de carbono e as americanas nas suas vinhas de Covas do Douro, ³⁹ e um dos principais responsáveis pela generalização da cultura em larga escala das americanas no combate à filoxera. No Dão o principal destaque ia para o Dr. José Caetano dos Reis (viticultor em Santar), um dos «lavradores corajosos» que começaram a tratar com esmero, perfeição e inteligência as suas vinhas, ministrando-lhes estrumes verdes, estrumes de curral, adubos químicos e correctivos, e de quem dizia António C. de Meneses que não era um desses «amadores da agricultura de que fala Moll, a quem escasseiam os recursos de talento e saber, que validam um título de agricultor», mas sim um homem que «sabe como poucos dos assuntos agrícolas e económicos, e como poucos tem um espírito de organização e administração, que lhe permite aplicar vantajosamente as teorias à indústria da terra, tornando-a altamente lucrativa». ⁴⁰ Na Bairrada, Joaquim Lopes Carreira de Melo, era um dos viticultores mais «empreendedor(es) e activo(s)», que desenvolveu esforços consideráveis para formar uma «forte e poderosa Companhia que [tomasse] a seu cargo o desenvolvimento e

³⁷ V. Martins 1992, 385-388 e 395.

³⁸ V. Pereira (1996).

³⁹ O visconde de Chancelheiros também era grande proprietário na região de Alenquer onde antes da filoxera colhia cerca de 4,000 pipas de vinho.

⁴⁰ Meneses (1891).

aperfeiçoamento das vinhas, e dos seus produtos, fazendo estes adquirir seus antigos créditos, que as adulterações os tinham feito perder», e promovendo a pronta venda dos vinhos da Bairrada no estrangeiro.⁴¹ Na região torriona, Joaquim Gomes de Sousa Belford era considerado um dos mais importantes, esclarecidos e sensatos viticultores, «propugnador denodado do progresso vitícola do seu país, sempre na brecha, defendendo os interesses vitícolas da sua região».⁴² Em Alenquer distinguiam-se Inácio do Casal Ribeiro que, juntamente com o anterior, foi um dos proponentes (ao Congresso Vitícola de 1895) e principais incentivadores da constituição de uma Companhia Vinícola do Sul; e Manuel Emauz, proprietário da Quinta de Palaios, e «homem versado» no governo dos vinhos, que plantou muitas vinhas novas depois do oídio e dirigiu sempre as podas pelo sistema mais racional e adequado às diferentes cepas e à sua localização (Lapa 1868, 35). Em Óbidos, Rasteiro Junior elogiava o grande e «esclarecido» viticultor José Pinheiro (Rasteiro Júnior 1892). No Alentejo, entre os proprietários que no último quartel do século XIX tinham construído largas dezenas, «pour ne pas dire [...] centaines», de adegas e instalações modernas, sobressaíam o conde de Valença, cuja adega na herdade de Abrunheira (em Montemor) era «réellement splendide» (Costa 1900, 405); Francisco Simões Margiochi, que fabricava no Monte das Flores vinhos de pasto «pelo processo mais recomendado», ou seja, deixando-os fermentar tumultuosamente nos balseiros ou nos lagares e passando-os depois para tonéis onde decorria a fermentação lenta (Margiochi 1884-1885);⁴³ Carlos Maria Eugénio de Almeida, que equipara as suas explorações vinícolas da Cartuxa e de Pinheiros (onde plantara vinha americana) com instrumentos agrícolas e material vinário do mais moderno, como charruas vinhateiras *Olivier*, esmagadores, prensas, bombas de trasfega e caldeiras de destilação (v. Fonseca 1996, 358-359); o visconde da Esperança, que possuía em Cuba as maiores adegas e lagares que Ferreira Lapa jamais vira e considerava serem «um grande templo consagrado a Baco»;⁴⁴ ou João Anastácio Dias Grande, proprietário de uma das mais afamadas propriedades de Portalegre e um dos viticultores mais instruídos e diligentes que Ferreira Lapa conhecia (Lapa 1868, 107). E, finalmente, na região vinícola de Setúbal, o primeiro viticultor português a ser premiado no estrangeiro (na Exposição Universal de Paris de 1855) e a receber por isso o grau de cavaleiro da Ordem da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito⁴⁵ – José

⁴¹ Carreira de Melo foi um dos fundadores, em 1876, da Companhia da Bairrada. Leal (1873-1890, vol. 5, 150-151)

⁴² *Portugal Agrícola*, Fevereiro de 1892.

⁴³ Sobre este agrónomo e lavrador, v., também, Fonseca (1996, 349-353).

⁴⁴ As segundas maiores pertenciam ao duque de Palmela e localizavam-se na Quinta do Casal da Serra (Arrábida). Lapa (1867, 26; 1868, 78-79).

⁴⁵ Esta ordem galardoava o «mérito [e] o feito de alguns lavradores e de muitos industriais» e destinava-se a estimular novos esforços.

Maria da Fonseca. Deste agricultor, «manufactor» e exportador de vinhos (de Palmela e Azeitão, entre os quais sobressaía o famoso moscatel de Setúbal) disseram Ferreira Lapa e António Augusto de Aguiar que era um dos mais ilustres viticultores do País (Lapa 1868; Aguiar 1875), não só por ter ensaiado novas técnicas culturais, nomeadamente a lavoura nas vinhas com charrua e gado muar que obrigava à plantação em linha e com determinado espaçamento, mas também por ter introduzido em Azeitão castas de outras regiões ou importadas do estrangeiro,⁴⁶ por ter criado nas suas próprias vinhas viveiros de barbados para plantar vinhas novas,⁴⁷ e por utilizar na poda e na empa sistemas ligeiramente distintos dos de Guyot e dos praticados na região.⁴⁸ As inovações introduzidas por José Maria da Fonseca estenderam-se da cultura da vinha à vinificação, comercialização e organização da empresa. Segundo Ferreira Lapa, as suas oficinas vinárias e adegas eram «um modelo dos mais perfeitos que se podiam encontrar em indústria vinícola»⁴⁹ (compunham-se de adegas de curtimenta e de depósito; casas de pisa e desengace, de destilação, de engarrafagem, de rolagem e de espremedura; e lagares de pedra onde se fazia a vinificação).⁵⁰

Conclusão

Os casos que acabamos de apontar, e que não se esgotam nestes personagens, são, como acima se disse, de certo modo «exemplares», já que a esmagadora maioria dos produtores vinícolas, pelas suas dimensões e capacidade económica, mesmo que quisesse modernizar e melhorar os seus processos de produção e de vinificação não dispunha de condições para tal. Em primeiro lugar, porque os rendimentos que retiravam de uma cultura que,

⁴⁶ Das diferentes castas de uva cultivadas na região, duas delas, malvasia (nas brancas) e tinta francesa (nas tintas), apenas se encontravam nas «vinhatarias» de J. M. F. Lapa (1868, 71-72).

⁴⁷ Como apesar de económico este processo se mostrou prejudicial para os bacelos que ficavam nas vinhas que tinham servido para viveiro, substituiu-o pela criação de viveiros separados, sistema este que ele foi o único a utilizar na região. Lapa (1868, 74).

⁴⁸ Na poda deixava ficar abaixo ou ao lado da vara de poda o polegar de dois olhos para que a partir dele se formasse a vara do ano seguinte. Na empa utilizava o sistema em palmatória que permitia armar a vide horizontalmente e em todo o seu comprimento, o que tinha vantagens porque os cachos ficavam muito mais próximos do solo e assim beneficiavam de mais calor.

⁴⁹ Lapa (1868, 79).

⁵⁰ E não em balseiros, como era o caso no já referido Casal da Serra do duque de Palmela. Ferreira Lapa aprovava o método utilizado por J. M. F. por considerar que a fermentação em balseiros ou em talhas de barro (muito utilizadas no Alentejo) embora começasse mais cedo, como se desenrolava em momentos diferentes dava azo a fermentações sucessivas de carácter distinto que podiam prejudicar o vinho, e que aqueles recipientes frequentemente transmitiam às massas ou balsas um cheiro a azedo.

muitas vezes, «intercalava» com outras, não eram suficientes para lhes permitir comprar novas alfaías agrícolas ou material vinário mais aperfeiçoado, nem a dimensão (reduzida) das sua lavoura o justificava. Em segundo lugar, porque não podiam recorrer ao crédito agrícola, que era caro e limitado. E por último, porque não existiam estruturas de cooperação onde, pela associação, os pequenos produtores pudessem, com maior economia de meios, adquirir e/ou pôr em prática muitas das melhorias preconizadas quer para a cultura da vinha, quer para o fabrico e comercialização do vinho. Há que ter em conta que muitos pequenos produtores nunca fabricavam vinho, nem teriam condições para o fazer. Limitavam-se a vender a uva a produtores de maior dimensão e capacidade, ou a comerciantes de vinho, proprietários de vinárias com alguma importância, como era o caso, entre outros, do já referido José Maria da Fonseca, que até finais da década de 1860 comprava aos pequenos viticultores da zona (Azeitão, Palmela, Setúbal, Coina, Barreiro, etc.) cerca de 2/3 de toda a uva moscatel branca que utilizava no fabrico dos vinhos deste tipo. Para este vitivicultor a situação só se começaria a inverter a partir dos anos 1870 quando, graças ao oídio, que constituiu, tal como mais tarde a filoxera, uma altura ideal para os mais empreendedores e instruídos⁵¹ comprarem vinhas doentes e, portanto, a bom preço,⁵² a produção própria passou a representar à volta de 60%.

Referências bibliográficas

- Aguiar, António Augusto de. 1875. *6.ª Conferência sobre vinhos*. Lisboa: s. e.
- Aguiar, António Augusto de. 1868. Visita às principais comarcas vinhateiras do centro do reino no anno de 1867 por... In *Segunda Memória sobre os processos de vinificação empregados nos principais centros vinhateiros do continente do reino*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Annaes da Sociedade Promotora da Indústria Nacional*. 1822 e 1823. Sociedade Promotora da Indústria Nacional. Lisboa
- Coutinho, António Xavier Pereira. 1878. *A quinta districtal de Bragança no anno agrícola de 1876 a 1877. Annaes Agrícolas do Districto de Bragança*. Primeiro anno. Bragança.
- Cunha, João Gualberto de Barros e. 1878. *Relatório apresentado à Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portugueza na sessão de 1878 pelo Ministro e Secretário de Estado das Obras Públicas, Commercio e Indústria*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1878.

⁵¹ No sentido de terem o conhecimento suficiente para perceberem que se tratava de uma crise conjuntural causada por uma doença que poderia ser ultrapassada desde que fosse conhecido o tratamento e aplicado convenientemente, e não, como muitos queriam acreditar, de um castigo divino irremediável.

⁵² É interessante notar como neste período, e não obstante a sua situação financeira não ser boa, visto ter dívidas antigas ainda por pagar, José Maria da Fonseca recorreu a todas as «fontes» de capital disponíveis, desde institucionais a particulares, para comprar directamente aos proprietários ou arrematar em hasta pública os prédios que lhe interessavam e que, regra geral, eram confinantes ou próximos de outros que já possuísse.

- Dias, Fátima Sequeira. 1996. Uma estratégia de sucesso numa economia periférica. A casa Bensaúde e os Açores 1800-1873. *Jornal de Cultura, Éter*. Ponta Delgada.
- Feio, Mariano. 1985. Uma grande lavoura de Serpa na segunda metade do século XIX. A cultura de cereais e legumes. *Finisterra. Revista Portuguesa de Geografia* 40: 207-266.
- Feio, Mariano. 1988. Uma grande lavoura de Serpa na segunda metade do século XIX: os gados e a rentabilidade dos principais sectores de exploração. *Finisterra. Revista Portuguesa de Geografia* 45: 55-100.
- Fonseca, Helder Adegar. 1996. *O Alentejo no século XIX. Economia e atitudes económicas*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Fonseca, Helder Adegar. 1984. *Um empresário e uma empresa agrícola na 1.ª metade do século XIX: José Joaquim Teixeira e a Quinta do César no Carregado*. 2 vols. Évora: Universidade de Évora.
- Fonseca, Helder Adegar. 1988. Sociedades e elites alentejanas no século XIX. *Economia e Sociologia* 45-46: 64-67.
- Gazeta Agrícola*. 1885. Santarém.
- Jornal da Sociedade Agrícola do Porto*, Porto, 1856-1862.
- Lains, Pedro. 1995. *A Economia portuguesa no século XIX. Crescimento económico e comércio externo 1851-1913*. Lisboa: INCM.
- Lains, Pedro. 1990. *A evolução da agricultura e da indústria em Portugal, 1850-1913. Interpretação quantitativa*. Lisboa: Banco de Portugal.
- Lapa, João Ignácio Ferreira. 1867. *Sobre os processos de vinificação nos principais centros vinhateiros do sul do reino, pelo comissário do governo... Memória sobre os processos de vinificação empregados nos principais centros vinhateiros do continente do reino*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Lapa, João Ignácio Ferreira. 1868. *Sobre os processos de vinificação nos principais centros vinhateiros do sul do reino, pelo comissário do governo... Segunda Memória sobre os processos de vinificação empregados nos principais centros vinhateiros do continente do reino*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Leal, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho. *Portugal antigo e moderno. 1873-1890. Dicionário geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguesias de Portugal e de grande numero de aldeias*. 12 vols. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia.
- Margiochi, Francisco Simões. 1884-1885. A exploração agrícola do Monte das Flores. *Revista da Exposição Agrícola de Lisboa*.
- Martins, Conceição Andrade. 1991. A filoxera na viticultura nacional. *Análise Social* xxvi (112-113): 653-688.
- Martins, Conceição Andrade. 1990. *Memória do vinho do Porto*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Martins, Conceição Andrade. 1992. Opções económicas e influência política de uma família burguesa oitocentista: o caso de São Romão e José Maria da Fonseca. *Análise Social* xxvii (116-117): 367-404.
- Martins, Conceição Andrade. 1997a. Relatório do trabalho desenvolvido no âmbito da primeira fase do projecto «História da família e da empresa José Maria da Fonseca». Lisboa. (Polic.)
- Martins, Conceição Andrade. 1997b. Trabalho e condições de vida em Portugal 1850-1913. *Análise Social* xxxii (142): 483-535.
- Martins, Conceição Andrade. 1998. Vinha, vinho e política vinícola em Portugal. Do pomalismo à regeneração. 3 vols. Tese de doutoramento. Universidade de Évora.
- Martins, Conceição Andrade, Ana Matos, e Lourdes Bettencourt. 1980. *Senhores da terra. Diário de um agricultor alentejano (1832-1889)*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Mata, Eugénia, e Nuno Valério. 1994. *História económica de Portugal. Uma perspectiva global*. Lisboa: Editorial Presença.

- Matos, Ana Maria Cardoso de. 1996. Sociedades e associações industriais oitocentistas: projectos e acções de divulgação técnica e incentivos à actividade empresarial. *Análise Social* xxxi (136-137): 397-412.
- Matos, Ana Maria Cardoso de. 1997. Ciência, tecnologia e desenvolvimento industrial no Portugal oitocentista. O caso dos lanifícios do Alentejo. Tese de doutoramento. Universidade de Évora.
- Meneses, António C. de. 1891. *5.ª Região Agronómica*. Viseu: s. e.
- Mónica, Maria Filomena. 1987. Capitalistas e industriais (1870-1914). *Análise Social* xxiii (99): 818-863.
- Moraes, Paulo de. 1889. *Estudo geral da economia rural da 7.ª Região Agronómica*. Lisboa: s. e.
- Pereira, Gaspar Martins. 1989. A produção de um espaço regional – O Alto Douro no tempo da filoxera. *Revista da Faculdade de Letras – História* VI: 311-353.
- Pereira, Gaspar Martins. 1991. L'Alto Douro à l'époque du phylloxéra. In *L'identité régionale. L'idée de région dans l'Europe du Sud-Oest*. Actes des deuxièmes journées d'études Nord du Portugal-Aquitaine, 357-372. Paris.
- Pereira, Gaspar Martins e Maria Luísa Olazabal. 1996. *Dona Antónia*. Porto: Edições Asa.
- Pereira, Miriam Halpern. 1983. *Livre-câmbio e desenvolvimento económico*. Lisboa: Sá da Costa.
- Rasteiro Júnior, Joaquim. 1982. *Esboço de uma memória sobre a economia agrícola da 4.ª região agronómica*. Lisboa: s. e.
- Reis, Jaime. 1993. *O atraso económico português 1850-1930*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Reis, Jaime, e Hélder Fonseca. 1987. José Maria Eugénio de Almeida, um capitalista da regeneração. *Análise Social* 99: 865-904.
- Revista Agronómica*. Maio de 1856 a Dezembro de 1858. Periódico Mensal de Agricultura, Horticultura e Floricultura publicada por uma Associação (dir. de D. José de Alarcão). Tomos 1 e 2. Lisboa.
- Revista Agronómica*. 1859. Encyclopédia Periódica da Agricultura Nacional e Estrangeira (redigida por D. José de Alarcão). Tomo 3. Lisboa.
- Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*. 1860 e 1861.
- Rocha, Maria Manuela Ferreira Marques. 1993. *Propriedade e níveis de riqueza. Formas de estruturação social em Monsaraz na 1.ª metade do século XIX*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Rocha, Maria Manuela Ferreira Marques. 1991. Níveis de fortuna e estruturas patrimoniais no Alentejo (Monsaraz na primeira metade do século XIX). *Análise Social* xxvi (112-113): 629-652.
- Soares, Rodrigo de Moraes. 1873. *Relatório da Direcção-Geral do Comércio e Indústria*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Sociedade Promotora da Indústria Nacional. 1822 e 1823. *Annaes da Sociedade Promotora da Indústria Nacional*. Lisboa.
- Villa Maior, visconde de. 1868. *Relatório do comissário... Segunda Memória sobre os processos de vinificação empregados nos principais centros vinhateiros do continente do reino*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Vinho*. 1935. Ano 1 (4), de 16 de Junho.